

«coleção»

TRATADO
**NOTARIAL
E REGISTRAL**



SUMÁRIO

Tabelionato de Protesto _____ 60

1	Títulos de Crédito _____	62
1.1	Conceito _____	62
1.2	Regime jurídico _____	63
1.3	Princípios _____	64
1.3.1	Introdução _____	64
1.3.2	Literalidade _____	65
1.3.3	Cartularidade _____	65
1.3.4	Autonomia _____	67
1.4	Classificação _____	68
1.4.1	Introdução _____	68
1.4.2	Quanto ao modelo _____	68
1.4.3	Quanto à estrutura _____	69
1.4.4	Quanto às hipóteses de emissão _____	69
1.4.5	Quanto à circulação _____	70
2	Outros documentos de dívida _____	72
3	Protesto Notarial _____	74
3.1	Introdução histórica _____	74
3.1.1	Origem e evolução histórica _____	74
3.1.1.1	O protesto no Brasil _____	76
3.1.2	Conceito _____	87
3.1.3	Objeto _____	90
3.1.4	Finalidade _____	96
3.1.5	Regime jurídico _____	97
3.1.6	Natureza jurídica _____	100
3.1.7	Atribuição _____	104
3.1.8	Função _____	105
3.2	Princípios _____	109
3.2.1	Introdução _____	109
3.2.2	Princípios normativos _____	109

3.2.2.1	Princípio da autenticidade _____	109
3.2.2.2	Princípio da publicidade _____	112
3.2.2.3	Princípio da segurança _____	113
3.2.2.4	Princípio da eficácia _____	114
3.2.3	Princípios doutrinários _____	115
3.2.3.1	Princípio da oficialidade _____	115
3.2.3.2	Princípio da unitariedade _____	116
3.2.3.3	Princípio da insubstitutividade _____	117
3.2.3.4	Princípio da celeridade _____	118
3.2.3.5	Princípio da formalidade mitigada _____	119
3.2.3.6	Princípio da rogação _____	120
3.2.4	Demais princípios _____	121
3.3	Classificação _____	122
3.3.1	Introdução _____	122
3.3.2	Quanto à função _____	124
3.3.2.1	Introdução _____	124
3.3.2.2	Necessário _____	124
3.3.2.3	Facultativo _____	125
3.3.3	Quanto ao tipo _____	126
3.3.3.1	Comum _____	126
3.3.3.2	Especial para fins de falência _____	127
3.3.4	Quanto ao motivo _____	128
3.3.4.1	Introdução _____	128
3.3.4.2	Por falta de pagamento _____	128
3.3.4.3	Por falta de aceite _____	129
3.3.4.4	Por falta de devolução _____	129
3.3.4.5	Por falta de data no aceite _____	130
3.4	Contraprotesto _____	130
4	Escrituração _____	132
4.1	Introdução _____	132
4.2	Livros _____	132
4.2.1	Introdução _____	132

4.2.2	Livro de Protocolo	133
4.2.3	Livro de Registro de Protestos	134
4.3	Índices	136
4.4	Arquivos	137
4.5	Conservação	138
5	Da ordem dos serviços	141
6	Da distribuição	143
6.1	Introdução	143
6.2	Do procedimento de distribuição	144
7	Lugar do protesto	148
8	Procedimento	152
8.1	Da apresentação e protocolização	152
8.1.1	Apresentante	152
8.1.2	Protocolização	153
8.1.2.1	Recibo ou formalização da apresentação	154
8.1.2.2	Responsabilidade pelas informações do título e do recibo de apresentação	155
8.2	Da Qualificação	156
8.2.1	Noções gerais	156
8.2.2	Títulos em moeda estrangeira	162
8.2.3	Títulos sujeitos à correção	164
8.2.4	Títulos e outros documentos de dívida eletrônicos	166
8.2.5	Títulos de crédito	169
8.2.5.1	Introdução	169
8.2.5.2	Nota Promissória	169
8.2.5.3	Cheque	174
8.2.5.4	Duplicata	183
8.2.5.4.1	Noções gerais	183
8.2.5.4.2	Protesto por falta de aceite	186
8.2.5.4.3	Protesto por falta de devolução	187
8.2.5.4.4	Duplicata eletrônica	189

8.2.5.4.5	Duplicata de prestação de serviço	191
8.2.6	Outros documentos de dívida	192
8.2.6.1	Títulos executivos extrajudiciais	192
8.2.6.1.1	Certidão de Dívida Ativa	192
8.2.6.1.2	Encargos condominiais	199
8.2.6.1.3	Locação	201
8.2.6.1.4	Escritura pública ou documento público assinado pelo devedor	203
8.2.6.1.5	Documento assinado pelo devedor e por duas testemunhas	204
8.2.6.1.6	Contrato de abertura de crédito	205
8.2.6.1.7	Contrato de honorários advocatícios	206
8.2.6.1.8	Alienação fiduciária	208
8.2.6.1.9	Cédula de crédito bancário	209
8.2.6.1.10	Certidão notarial e registral	211
8.2.6.2	Títulos executivos judiciais	212
8.2.6.2.1	Introdução	212
8.2.6.2.2	Decisões Judiciais	212
8.2.6.2.3	Autocomposição	218
8.2.6.2.4	Formal e certidão de partilha	219
8.2.6.2.5	Sentença arbitral	219
8.2.6.2.6	Decisão estrangeira	220
8.2.6.2.7	Sentença penal	220
8.3	Da intimação	221
8.3.1	Questões preliminares	221
8.3.2	Espécies	222
8.3.2.1	Intimação convencional	222
8.3.2.2	Intimação por edital	226
8.3.3	Legitimidade passiva da intimação	228
8.4	Do prazo	230
8.5	Da desistência do protesto	231
8.6	Dos atos do devedor	233
8.6.1	Da sustação do protesto	233
8.6.2	Da apresentação de resposta pelo intimado	237

8.6.3	Do pagamento	238
8.6.3.1	Da quitação dada pelo tabelião	241
8.7	Do registro e das averbações	242
8.7.1	Registro do Protesto	242
8.7.2	Recuperação judicial	250
8.7.3	Averbações	251
8.7.3.1	Retificações	251
8.7.3.2	Cancelamento	253
9	Certidões	258
9.1	Introdução	258
9.2	Expedição de certidões	259
9.3	Fornecimento de certidão em forma de relação	260
10	Emolumentos	262
10.1	Aspectos gerais	262
10.2	Previsão legal	263
10.3	Isenções de emolumentos	264
10.4	Gratuidade dos emolumentos	265
10.5	Emolumentos no cancelamento e sustação definitiva de protesto	265
10.6	Emolumentos do microempresário e empresa de pequeno porte	266

Tabelionato e Ofício de Registro de Contratos Marítimos **272**

1	Direito Marítimo	274
1.1	Conceito	274
1.2	Natureza Jurídica	274
1.3	Nomenclaturas essenciais	276
1.3.1	Introdução	276
1.3.2	Embarcação	277

1.3.2.1	Conceito	277
1.3.2.2	Natureza Jurídica	278
1.3.3	Nome da Embarcação	279
1.3.4	Nacionalidade da Embarcação	280
1.3.5	Bandeira de Conveniência	281
1.3.6	Arqueação Bruta (AB)	282
2	A Atividade de Notas e de Registro no Direito Marítimo	283
2.1	Introdução	283
2.2	A importância do Registro para o Direito Marítimo	284
2.3	Histórico Legislativo	286
2.4	Normas em vigor	291
2.5	O suposto Conflito de Competência entre o Tribunal Marítimo e o Ofício de Notas e Registro de Contratos Marítimos	293
2.6	Divisão de Competência	294
3	Ofício de Notas e Registro de Contratos Marítimos – Natureza Híbrida	296
3.1	Nomenclatura e natureza da atividade	296
3.2	Atribuições	297
3.3	Exercício da Atividade por Tabelionatos Comuns – Competência Subsidiária	298
3.4	Procedimento adotado pelos Ofícios de Notas e Registro de Contratos Marítimos	301
3.4.1	Introdução	301
3.4.2	Dos Livros	301
3.4.2.1	Do Livro de Protocolo	301
3.4.2.2	Do Livro de Registro Geral	302
3.4.2.3	Do Livro de Registro Auxiliar	303
3.4.3	Do Procedimento	304
3.4.3.1	Prenotação	304
3.4.3.2	Qualificação registral	304
3.4.3.3	Registro da “Propriedade Marítima” e de Contratos Marítimos	305

3.4.3.4	Emissão da Certidão	305
3.5	Visão crítica	307
4	Capitania dos Portos e a Inscrição da Propriedade Marítima	309
5	Tribunal Marítimo	311
5.1	Breve Histórico Legislativo	311
5.2	Natureza jurídica, atribuições e composição	314
5.3	Procuradoria Especial da Marinha	316
5.4	A Atividade Registral no Tribunal Marítimo	317
5.4.1	Obrigatoriedade do Registro no Tribunal Marítimo	317
5.4.2	Tipos de Registro	319
5.4.2.1	Registro de Propriedade Marítima	319
5.4.2.2	Registro de Armador	320
5.4.2.3	Registro de Ônus	321
5.4.2.4	Dos Livros e do Sistema SisCarem	322
5.4.3	Procedimento Registral	322
5.4.3.1	Seção de Exame e Instrução	322
5.4.3.1.1	Protocolo da documentação junto à Capitania dos Portos	322
5.4.3.1.2	Envio à Procuradoria Especial da Marinha	323
5.4.3.2	Seção de Cadastro	323
5.4.3.2.1	Autuação no Sistema e Confeção de Certificados	323
5.4.4	Registro Especial Brasileiro (REB)	325
5.4.4.1	Introdução	325
5.4.4.2	Conceito	325
5.4.4.3	Pré-registro	326

Ofício de Registro de Distribuição e Distribuidores _____ **330**

1	Ofícios de Registro de Distribuição	332
1.1	Introdução	332
1.2	Conceito	334
1.3	Natureza Jurídica	334
1.4	Regime jurídico	335
1.5	Atribuição	336
1.6	Ofícios de Registro de Distribuição do Rio de Janeiro	338
1.6.1	Registro de Distribuição de Feitos Ajuizados	338
1.6.1.1	Divisão de Competência entre os Ofícios de Registro de Distribuição	338
1.6.1.2	Procedimento de Registro e Emissão da Certidão	340
1.6.1.3	Requisitos obrigatórios da Certidão	343
1.6.2	Registro de Distribuição de Escrituras, Títulos e outros Documentos	345
2	Registros Públicos e Notas na Forma Eletrônica	349
2.1	Introdução	349
2.2	Regime Jurídico	353
2.3	Documentos digitais e eletrônicos	357
2.4	Publicidade	359
3	Centrais Nacionais Eletrônicas	361
3.1	No Registro Civil das Pessoas Naturais	361
3.1.1	CRC - Central de Informações do Registro Civil	361
3.1.1.1	Conceito e Regime jurídico	361
3.1.1.2	Integrantes	365
3.1.1.3	Objeto	367
3.1.1.4	Forma de operação	369
3.1.1.5	Fiscalização	369
3.1.1.6	Publicidade	369

3.2	No Registro Civil das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos	371
3.2.1	Sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas (SRTDPJ)	371
3.2.1.1	Introdução	371
3.2.1.2	Regime Jurídico	372
3.2.1.3	Titularidade	372
3.2.1.4	Princípios	372
3.2.1.5	Vedações normativas	373
3.2.1.6	Procedimento	373
3.2.2	Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB	374
3.2.2.1	Introdução	374
3.2.2.2	Objeto	375
3.2.2.3	Atos do registrador	376
3.2.2.4	Fiscalização	377
3.3	No Tabelionato de Notas	377
3.3.1	Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC	377
3.3.2	Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários - CESDI	380
3.3.3	Central de Escrituras e Procurações – CEP	381
3.3.4	Do Registro Central de Testamentos On-Line – RCTO	383
3.3.5	Central Nacional de Sinal Público – CNSIP	384
3.4	No Registro de Imóveis	385
3.4.1	Central Nacional de Indisponibilidade – CNIB	385
3.4.1.1	Breves Considerações	385
3.4.1.2	Finalidade	387
3.4.1.3	Fiscalização	388
3.4.1.4	Usuários	388
3.4.1.5	Procedimento registral	389
3.4.2	Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis - Central Registradores de Imóveis	391
3.4.2.1	Introdução	391
3.4.2.2	Breve histórico	394

3.4.2.3	Integrantes e operabilidade	394
3.4.2.4	Características	396
3.4.2.4.1	Universalização na prestação do serviço	396
3.4.2.4.2	Uniformidade de procedimentos e informação registral	397
3.4.2.4.3	Centralização de informações registrais	399
3.4.2.4.4	Interconexão entre notário e Registro de Imóveis	400
3.4.2.4.5	Exclusividade da central eletrônica para títulos eletrônicos	400
3.4.3	Módulos de serviços eletrônicos	400
3.5	Tabelionatos de Protesto	402
3.5.1	CENPROT - Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Tabeliães de Protesto do Estado de São Paulo	402
3.5.2	CIP – Central de Informações de Protesto	404
3.5.3	CRA – Central de Remessa de Arquivos	405
3.5.4	CERTPROT – Central de Certidões de Protesto	406

Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas **408**

1	Da Pessoa Jurídica	410
1.1	Introdução	410
1.2	Conceito	411
1.3	Denominação	415
1.4	Natureza jurídica	418
1.4.1	Introdução	418
1.4.2	Teorias negativistas	420
1.4.2.1	Noções gerais	420
1.4.2.2	Teoria do patrimônio sem sujeito	421
1.4.2.3	Teoria da propriedade coletiva	422
1.4.2.4	Teoria do condomínio	423
1.4.2.5	Teoria da mera aparência	423

1.4.2.6	Teoria negadora de toda personalidade jurídica	424
1.4.3	Teorias afirmativistas	425
1.4.3.1	Noções gerais	425
1.4.3.2	Teorias da ficção	426
1.4.3.2.1	Noções gerais	426
1.4.3.2.2	Teoria da ficção legal	427
1.4.3.2.3	Teoria da ficção doutrinária	428
1.4.3.2.4	Críticas à teoria ficcionista	428
1.4.3.3	Teorias da realidade	429
1.4.3.3.1	Noções gerais	429
1.4.3.3.2	Teoria da realidade orgânica	430
1.4.3.3.3	Teoria da realidade jurídica ou institucionalista	432
1.4.3.3.4	Teoria da realidade técnica	433
1.4.4	Outras teorias e posicionamentos	435
1.4.4.1	Teoria da realidade normativa	435
1.4.4.2	Teoria da pessoa jurídica como uma construção lógica	436
1.4.4.3	Visão doutrinária empresarial	437
1.4.4.4	Visão contemporânea	438
1.4.4.5	Teoria da realidade registral	439
1.5	Histórico	440
1.5.1	Introdução	440
1.5.2	Direito romano	441
1.5.3	Direito germânico	445
1.5.4	Direito canônico	446
1.5.5	Direito Moderno	448
1.5.6	Direito Brasileiro	452
1.6	Classificação	462
1.6.1	Introdução	462
1.6.2	Quanto à órbita de atuação	464
1.6.3	Quanto à estrutura interna	466
1.6.4	Quanto à nacionalidade	470

2	Pressupostos e Constituição das Pessoas Jurídicas	474
2.1	Introdução	474
2.2	Pessoa Jurídica de Direito Privado	475
2.2.1	Introdução	475
2.2.2	Sistemas constitutivos	477
2.2.3	Pressupostos	479
2.2.3.1	Vontade criadora	479
2.2.3.2	Ato constitutivo	481
2.2.3.2.1	Conceito	481
2.2.3.2.2	Estatuto social	482
2.2.3.2.3	Contrato social	482
2.2.3.3	Formalidade administrativa do registro	484
2.2.3.4	Liceidade de propósitos	488
2.2.3.5	Autorização para o funcionamento	489
2.3	Pessoa jurídica de Direito público	490
3	Capacidade e Representação	492
3.1	Teoria da apresentação	492
3.2	Apresentação individual	495
3.3	Apresentação coletiva	497
4	Entes Despersonalizados	500
4.1	Introdução	500
4.2	Sociedades não personificadas	503
4.2.1	Natureza jurídica	503
4.2.2	Sociedade em comum	504
4.2.2.1	Natureza jurídica	504
4.2.2.2	Conceito	505
4.2.2.3	Efeitos	507
4.2.3	Sociedade em conta de participação	511
4.2.3.1	Conceito	511
4.2.3.2	Natureza jurídica	512
4.2.3.3	Origem histórica	513

4.2.3.4	Efeitos	514
4.3	Entes com capacidade processual	517
4.3.1	Introdução	517
4.3.2	Natureza jurídica	519
4.3.3	Associação irregular	521
4.3.4	Massa falida	523
4.3.5	Herança jacente e vacante	527
4.3.6	Espólio	532
4.4	Entes sui generis	533
4.4.1	Condomínio edilício	533
4.4.2	Nascituro	537
4.5	Outras entidades sem personalidade	539
4.5.1	Família	539
4.5.2	Convênios administrativos	540
4.5.3	Órgãos públicos	541
4.5.4	Serventias extrajudiciais	543
5	Pessoas jurídicas de direito público externo	547
5.1	Introdução	547
5.2	Estados estrangeiros	547
5.3	Santa Sé	549
5.4	Organismos internacionais	551
6	Pessoas jurídicas de direito público interno	555
6.1	Administração Direta	555
6.1.1	Noções introdutórias	555
6.1.1.1	Organização do Estado Brasileiro	555
6.1.1.2	Autonomia dos Entes Federativos	559
6.1.1.3	Competência dos Entes Federativos	560
6.1.2	União	561
6.1.3	Estados	562
6.1.4	Municípios	565
6.1.5	Distrito Federal	567

6.1.6	Território	568
6.2	Administração Indireta	570
6.2.1	Noções introdutórias	570
6.2.2	Autarquias	571
6.2.3	Fundações públicas	576
6.2.3.1	Conceito	576
6.2.3.2	Natureza Jurídica	577
6.2.3.3	Espécies	579
6.2.4	Associação pública ou consórcio público	582
7	Pessoas jurídicas de direito híbrido	586
7.1	Conceito	586
7.2	Entidades estatais da Administração Pública Indireta	588
7.2.1	Introdução	588
7.2.2	Empresa pública	592
7.2.3	Sociedade de economia mista	592
7.3	Entidades paraestatais ou do Terceiro Setor	594
7.3.1	Introdução	594
7.3.2	Serviço Social Autônomo - SSA	597
7.3.3	Organização Social - OS	599
7.3.4	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP	600
7.3.5	Organização Não-Governamentais - ONG	602
8	Pessoas jurídicas de direito privado	604
8.1	Corporações	604
8.1.1	Conceito e Classificação	604
8.1.2	Associação	606
8.1.3	Sociedade	611
8.1.3.1	Conceito	611
8.1.3.2	Classificação	614
8.1.3.3	Sociedade simples	615
8.1.3.4	Sociedade empresária	621
8.1.4	Sociedade em nome coletivo	625

8.1.5	Sociedade em comandita simples	626
8.1.6	Sociedade limitada	628
8.1.7	Sociedade anônima ou por ações	630
8.1.8	Sociedade em comandita por ações	636
8.1.9	Cooperativa	637
8.1.9.1	Introdução	637
8.1.9.2	Conceito	638
8.1.9.3	Natureza jurídica	639
8.1.9.4	Características	639
8.1.9.5	Classificação das cooperativas	641
8.1.9.6	Constituição e inscrição de seus atos constitutivos	642
8.2	Fundações	644
8.2.1	Conceito	644
8.2.2	Finalidade	645
8.2.3	Patrimônio	646
8.2.4	Constituição	647
8.2.5	Extinção	650
8.3	Outras pessoas jurídicas de direito privado	651
8.3.1	Organização religiosa	651
8.3.1.1	Evolução Histórica	651
8.3.1.2	Conceito	653
8.3.1.3	Constituição	653
8.3.2	Partido político	654
8.3.2.1	Conceito	654
8.3.2.2	Constituição	655
8.3.2.3	Princípios	656
8.3.3	Sindicato	659
8.3.3.1	Conceito	659
8.3.3.2	Princípios	660
8.3.3.3	Contribuições Sindicais	661
8.3.3.4	Representação Sindical	662
8.3.3.5	Constituição	663
8.3.4	Empresa individual de responsabilidade limitada	666

8.3.4.1	Introdução	666
8.3.4.2	Conceito	668
8.3.4.3	Natureza jurídica	669
8.3.4.4	Instituidor	670
8.3.4.5	Constituição	672
8.3.4.6	Capital social	673
8.3.4.7	Nome empresarial	673
8.3.4.8	Registro	674
9	Igreja Católica	676
9.1	Conceito e natureza	676
9.2	Organização	676
9.3	A Santa Sé Apostólica. Sua personalidade jurídica <i>sui generis</i> no plano do direito do direito internacional	678
9.4	A personalidade jurídica da Igreja Católica	679
9.4.1	Introdução	679
9.4.2	A colocação no Código de Direito Canônico	680
9.5	A Igreja Católica no Brasil	681
9.5.1	Breve histórico	681
9.5.2	O reconhecimento da personalidade da Igreja pelo Acordo Brasil-Santa Sé	682
9.5.3	A Igreja Católica não é organização religiosa	684
9.5.4	A Igreja não é pessoa de direito público	685
9.6	Instituições eclesásticas	686
9.6.1	Dioceses	686
9.6.2	Paróquias	687
9.7	Breve Histórico	688
10	Responsabilidade das Pessoas Jurídicas	691
10.1	Responsabilidade civil	691
10.1.1	Das pessoas jurídicas de direito público interno	691
10.1.2	Das pessoas jurídicas de direito público externo	693
10.1.3	Das pessoas jurídicas de direito híbrido	696
10.1.3.1	Entidades estatais	696

10.1.3.2	Entidades paraestatais	697
10.1.4	Das pessoas jurídicas de direito privado	698
10.1.4.1	Introdução	698
10.1.4.2	Responsabilidade dos administradores	699
10.1.4.3	Responsabilidade dos sócios	699
10.2	Outras espécies de responsabilidade	700
10.2.1	Responsabilidade penal	700
10.2.2	Responsabilidade administrativa	701
10.2.3	Responsabilidade tributária	703
11	Individualização da Pessoa Jurídica	705
11.1	Identificação	705
11.2	Domicílio	710
12	Desconsideração da Personalidade Jurídica	712
12.1	Introdução e origem	712
12.2	Conceito	715
12.3	Causas que admitem a desconsideração	716
12.3.1	Legislação civil (art. 50 do CC)	716
12.3.2	Legislação consumerista (art. 28, <i>caput</i> e § 5º, do CDC)	717
12.3.3	Outras hipóteses	719
12.4	Teorias	720
12.5	Desconsideração inversa	720
12.6	Repercussões processuais	721
13	Modificações das Pessoas Jurídicas	723
13.1	Introdução	723
13.2	Transformação	724
13.3	Incorporação	731
13.4	Fusão	735
13.5	Cisão	739
13.5.1	Introdução	739
13.5.2	Cisão integral	740

13.5.3	Cisão parcial	741
13.5.4	Cisão total	741
14	Extinção das Pessoas Jurídicas	743
14.1	Introdução	743
14.2	Extinção das pessoas jurídicas de direito público	743
14.3	Extinção das pessoas jurídicas de direito privado	744
14.3.1	Espécies de extinção	744
14.3.2	Consequências da extinção	746
15	Das Juntas Comerciais	748
15.1	Introdução	748
15.2	Conceito	750
15.3	Natureza jurídica	751
15.4	Breve Histórico	753
15.4.1	Introdução	753
15.4.2	Mesas de Inspeção	754
15.4.3	Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação	755
15.4.4	Imperial Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação	756
15.4.5	Tribunais e Juntas do Comércio	757
15.4.6	Conservatórias do Comércio	758
15.4.7	Juntas e Inspetorias Comerciais	759
15.5	Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis	761
15.5.1	Histórico	761
15.5.2	Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI)	763
15.5.3	Juntas Comerciais	766
15.6	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios	767
15.7	Atos de Registro	769
15.7.1	Introdução	769
15.7.2	Matrícula	770

15.7.2.1	Conceito	770
15.7.2.2	Administrador de armazém geral e Trapicheiro	770
15.7.2.3	Tradutor Público ou Intérprete Comercial	772
15.7.2.4	Leiloeiro Público Oficial	774
15.7.3	Arquivamento	776
15.7.3.1	Firmas Individuais	777
15.7.3.2	Sociedades Empresárias	778
15.7.3.3	Cooperativas	778
15.7.3.4	Empresário individual	780
15.7.3.4.1	Introdução e conceito	780
15.7.3.4.2	Requisitos para ser empresário	782
15.7.3.4.3	Responsabilidade empresário	784
15.7.3.4.4	Nome empresarial	784
15.7.3.4.5	Registro do empresário	785
15.7.4	Autenticação	787
16	Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas	791
16.1	Introdução	791
16.2	Conceito	795
16.3	Regime jurídico – Evolução	797
16.3.1	Introdução	797
16.3.2	Atual plano constitucional	799
16.3.3	Atual plano infraconstitucional	801
16.4	Atribuição	804
16.4.1	Introdução	804
16.4.2	Registro	805
16.4.3	Matrícula	809
16.4.4	Averbação	810
16.4.5	Certificação	812
16.4.6	Registro e autenticação de livros	814
16.5	Princípios	814
16.5.1	Princípio da legalidade	814
16.5.2	Princípio da instância (rogação)	816

16.5.3	Princípio da territorialidade	817
16.5.4	Princípio da continuidade	818
16.5.5	Princípio da veracidade ou fé	820
16.5.6	Princípio da publicidade	821
16.5.7	Princípio da concentração	823
16.6	Livros	823
16.6.1	Livro de Protocolo	826
16.6.2	Livro A	828
16.6.3	Livro B	829
16.7	Requisitos para Inscrição	829
16.7.1	Introdução	829
16.7.2	Dos requisitos legais dos arts. 46 do Código Civil e 120 da Lei nº 6.015/1973	832
16.7.3	Prévia autorização do poder público	839
16.7.4	Visto do advogado	840
16.7.5	Prévia inscrição no órgão do Conselho Regional	841
16.7.6	Cautelas registrais em relação à denominação da pessoa jurídica	842
16.7.7	Adaptação às regras do Código Civil de 2002	843
16.7.8	Inexistência de objeto ou objetivo ilícito ou contrários, nocivos ou perigosos	845
17	Procedimento registral	848
17.1	Questões preliminares	848
17.2	Prazo e Competência registral	850
17.3	Qualificação registral	851
17.3.1	Juízo negativo de qualificação	851
17.3.1.1	Introdução	851
17.3.1.2	Dúvida registral	851
17.3.1.2.1	Conceito	851
17.3.1.2.2	Legitimidade	852
17.3.1.2.3	Objeto	852
17.3.1.2.4	Procedimento	853
17.3.1.2.5	Competência para julgamento	853

17.3.1.2.6	Dúvida inversa	854
17.3.2	Juízo positivo de qualificação	854
17.4	Registro de Associações	858
17.4.1	Conceitos e precisões terminológicas	858
17.4.2	Questões atinentes à qualificação registral	859
17.4.3	Especificidades do Registro	861
17.4.3.1	Questões antecedentes	861
17.4.3.2	Documentos e qualificação	862
17.4.4	Transformação de associação em outra pessoa jurídica	865
17.4.5	Entidade religiosa: associação ou organização religiosa	866
17.5	Registro de Sociedades	868
17.5.1	Conceitos e competência registral	868
17.5.2	Sociedades simples puras	871
17.5.3	Sociedades simples não puras	872
17.5.4	Atividade rural	873
17.5.5	Anotações gerais sobre o registro	873
17.5.6	Sociedade unipessoal	875
17.5.7	Sociedade entre cônjuges	876
17.6	Registro de Cooperativas	877
17.7	Registro de Fundações	879
17.7.1	Introdução	879
17.7.2	Mudanças legislativas da Lei nº 13.151, de 28 de julho de 2015	879
17.7.3	Fases de constituição	881
17.7.4	Registro	885
17.7.4.1	Documentos	885
17.7.4.2	Qualificação registral	886
17.8	Registro de Organizações Religiosas	886
17.8.1	Introdução	886
17.8.2	Registro	891
17.8.3	Averbação	892
17.9	Registro de Partidos Políticos	892
17.9.1	Introdução	892

17.9.2	Fases do registro	895
17.9.2.1	Primeira fase	895
17.9.2.2	Segunda fase	895
17.9.2.3	Terceira fase	895
17.9.2.4	Quarta fase	896
17.9.2.5	Quinta fase	896
17.9.2.6	Sexta fase	897
17.9.3	Averbações	897
17.10	Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI	898
17.10.1	Introdução	898
17.10.2	Natureza jurídica e conceito	899
17.10.3	Constituição	900
17.10.4	Nome empresarial	904
17.10.5	Registro	905
17.10.6	Projeto legislativo	906
17.11	Registro dos Sindicatos	907
17.11.1	Natureza jurídica	907
17.11.2	Conceitos, competência registral e o princípio da unicidade sindical	907
17.11.3	Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas	910
17.11.4	Registro Sindical	911
17.11.5	Preenchimento do formulário	911
17.11.6	Documentos para Registro de Sindicatos	911
18	Matrículas	913
18.1	Conceito e finalidade	913
18.2	Reflexões sobre a Lei 5.250/1967	915
18.3	Questões técnicas do RCPJ	917
18.3.1	Matrícula de jornais e demais publicações periódicas	917
18.3.2	Matrícula de oficinas impressoras	918
18.3.3	Matrícula de empresa de radiodifusão	918
18.3.4	Matrícula de empresa de agência de notícias	918
18.3.5	Averbações	919

19 Autenticação de Livros	920
19.1 Introdução	920
19.2 Da Autenticação	924
20 Averbações	927
20.1 Conceito	927
20.2 Renúncia de administrador	928
20.3 Alterações do Estatuto da Fundação	929
20.4 Transformação de pessoa jurídica	930
20.5 Fusão, cisão e incorporação de pessoas jurídicas	931
20.6 Alteração de localização da pessoa jurídica	932
20.7 Certidões negativas de débito federal para atos de averbações	933
20.8 Encerramento da pessoa jurídica	934
20.8.1 Da Associação	934
20.8.2 Da Sociedade	935
20.8.3 Da Fundação	936

Ofício de Registro de Títulos e Documentos **950**

1 Títulos registráveis	952
1.1 Instrumentos particulares	952
1.1.1 Conceito	952
1.1.2 Requisitos	952
1.1.3 Efeitos do assentamento no Ofício de Registro de Títulos e Documentos	953
1.2 Contrato de Caução	954
1.2.1 Conceito	954
1.2.2 Natureza Jurídica	955
1.2.3 Classificação	955
1.2.3.1 Quanto ao objeto	955

1.2.3.1.1 Caução real	955
1.2.3.1.2 Caução pessoal	956
1.2.3.2 Quanto à causa	958
1.2.3.2.1 Caução convencional	958
1.2.3.2.2 Caução legal	958
1.2.3.2.3 Caução judicial	958
1.2.4 Requisitos	959
1.3 Penhor Comum	960
1.3.1 Introdução	960
1.3.2 Conceito	960
1.3.3 Classificação	961
1.3.4 Requisitos	962
1.4 Penhor de animais	964
1.4.1 Conceito e registro no Ofício de Títulos e Documentos	964
1.4.2 Características	965
1.4.3 Requisitos	965
1.5 Caução de Títulos	966
1.5.1 Conceito	966
1.5.2 Natureza Jurídica	966
1.5.3 Espécies	967
1.5.3.1 Títulos de Crédito Pessoal	967
1.5.3.2 Títulos da Dívida Pública	967
1.5.3.3 Títulos de Bolsa	968
1.5.4 Efeitos	969
1.6 Contrato de fiança	970
1.6.1 Conceito	970
1.6.2 Natureza Jurídica	972
1.6.3 Estrutura	973
1.6.3.1 Estrutura subjetiva	973
1.6.3.2 Estrutura Objetiva	975
1.6.3.3 Estrutura formal	975
1.6.4 Efeitos Jurídicos	977
1.6.4.1 Na relação entre credor e fiador	977

1.6.4.2	Na relação entre devedor afiançado e fiador _____	977
1.7	Locação de prédio _____	978
1.7.1	Introdução _____	978
1.7.2	Conceito _____	979
1.7.3	Características _____	979
1.7.4	Natureza Jurídica _____	981
1.7.5	Pressupostos _____	981
1.7.5.1	Subjetivos _____	981
1.7.5.2	Objetivos _____	983
1.7.5.3	Formais _____	983
1.7.6	Espécies _____	985
1.7.6.1	Locação residencial _____	985
1.7.6.2	Locação comercial _____	987
1.7.6.3	Locação para temporada _____	988
1.7.7	Efeitos _____	988
1.7.7.1	Quanto ao locador _____	988
1.7.7.1.1	Direitos _____	988
1.7.7.1.2	Deveres _____	990
1.7.7.2	Quanto ao locatário _____	992
1.7.7.2.1	Direitos _____	992
1.7.7.2.2	Deveres _____	994
1.7.8	Remuneração _____	996
1.7.9	Cláusula de vigência _____	997
1.7.10	Extinção _____	998
1.8	Contrato de arrendamento _____	1001
1.8.1	Conceito _____	1001
1.8.2	Natureza Jurídica _____	1002
1.8.3	Vigência _____	1002
1.8.4	Aluguéis _____	1003
1.8.5	Requisitos _____	1004
1.9	Contrato de Parceria Agrícola ou Pecuária _____	1005
1.9.5.1	Conceito e principais características _____	1005
1.9.5.2	Natureza Jurídica _____	1007

1.9.5.3	Requisitos e registro no Ofício de Registro de Títulos e Documentos _____	1008
1.10	Contrato de Depósito _____	1009
1.10.1	Introdução _____	1009
1.10.2	Conceito _____	1009
1.10.3	Natureza Jurídica _____	1009
1.10.4	Características _____	1010
1.10.5	Estrutura jurídica _____	1011
1.10.5.1	Estrutura subjetiva _____	1011
1.10.5.2	Estrutura objetiva _____	1012
1.10.5.3	Estrutura formal _____	1012
1.10.6	Espécies _____	1012
1.10.7	Efeitos _____	1017
1.10.7.1	Em relação ao depositante _____	1017
1.10.7.2	Em relação ao depositário _____	1017
1.10.8	Extinção _____	1019
1.11	Locação de Serviços _____	1020
1.11.1	Introdução _____	1020
1.11.2	Conceito _____	1021
1.11.3	Natureza Jurídica _____	1021
1.11.4	Características _____	1021
1.11.5	Estrutura jurídica _____	1023
1.11.5.1	Estrutura subjetiva _____	1023
1.11.5.2	Estrutura objetiva _____	1024
1.11.5.3	Estrutura formal _____	1024
1.11.6	Efeitos _____	1025
1.11.7	Extinção _____	1026
1.12	Compra e venda com reserva de domínio _____	1027
1.13	Alienação fiduciária de bens móveis _____	1027
1.13.1	Conceito e principais características _____	1027
1.13.2	Natureza Jurídica _____	1028
1.13.3	Requisitos e registro no Ofício de Registro de Títulos e Documentos _____	1028

1.14 Documentos estrangeiros	1029
1.14.1 Introdução	1029
1.14.2 Procedimento	1030
1.14.2.1 Introdução	1030
1.14.2.2 Legalização ou consularização	1030
1.14.2.3 Apostilamento	1033
1.14.2.4 Tradução juramentada	1033
1.14.2.5 Registro	1034
1.15 Compra e venda de automóveis	1035
1.15.2.1 Introdução	1035
1.15.2.2 Efeitos do registro no Ofício de Registro de Títulos e Documentos	1036
1.15.2.3 A desnecessidade do registro de automóveis junto ao RTD	1037
1.16 Atos administrativos	1039
1.16.1 Introdução	1039
1.16.2 Conceito	1040
1.16.3 Requisitos	1040
1.16.4 Efeitos	1041
1.17 Cessão de direitos e de crédito	1042
1.17.1 Conceito	1042
1.17.2 Natureza Jurídica	1042
1.17.3 Espécies	1043
1.17.4 Requisitos	1043
1.17.4.1 Requisitos subjetivos	1043
1.17.4.2 Requisitos objetivos	1044
1.17.4.3 Requisitos formais	1045
1.17.5 Efeitos	1046
1.17.5.1 Entre as partes contratantes	1046
1.17.5.2 Em relação ao devedor	1047
1.18 Sub-rogação	1048
1.18.1 Conceito	1048
1.18.2 Natureza Jurídica	1048

1.18.3 Espécies	1048
1.18.3.1 Sub-rogação Convencional	1048
1.18.3.2 Sub-rogação Legal	1049
1.18.4 Requisitos	1050
1.18.5 Efeitos	1050
1.19 Dação em pagamento	1051
1.19.1 Conceito	1051
1.19.2 Natureza Jurídica	1051
1.19.3 Requisitos	1051
1.19.4 Efeitos	1052
2 Ofício de Registro de Títulos e Documentos	1053
2.1 Introdução	1053
2.2 Histórico	1054
2.3 Conceito	1059
2.4 Efeitos	1062
2.4.1 Autenticidade do documento	1062
2.4.2 Perpetuidade e conservação	1062
2.4.3 Autenticidade de data	1063
2.4.4 Publicidade	1064
2.4.5 Validade perante terceiros	1065
2.5 Objeto	1066
2.6 Regime Jurídico	1068
2.7 Princípios	1069
2.7.1 Princípio da Legalidade	1069
2.7.2 Princípio da Publicidade	1072
2.7.3 Princípio da Territorialidade	1077
2.7.4 Princípio da Imediatidade	1078
2.7.5 Princípio da Integralidade	1079
2.7.6 Princípio do Exame Formal	1079
2.7.7 Princípio da Unidade de Tempo	1080
2.7.8 Princípio do Duplo Registro	1081
2.7.9 Princípio da Continuidade	1081

2.7.10	Princípio da Exatidão	1082
2.7.11	Princípio da Prioridade	1083
2.7.12	Princípio da Distribuição Facultativa	1084
2.7.13	Princípio da Subsidiariedade	1086
3	Atribuições	1087
3.1	Disposições gerais	1087
3.2	Instrumentos particulares	1089
3.3	Penhor comum sobre coisas móveis	1091
3.4	Caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa ao portador	1094
3.5	Contrato de penhor de animais	1095
3.6	Contrato de parceria agrícola ou pecuária	1095
3.7	Mandado judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência	1096
3.8	Registro facultativo	1097
3.9	Contratos de locação de prédios	1097
3.10	Documentos decorrentes de depósitos ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais	1099
3.11	Contratos de fiança	1099
3.12	Contratos de locação de serviços	1102
3.13	Contratos de compra e venda, em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, ou de promessas de venda referentes a bens móveis	1103
3.14	Alienação fiduciária de bens móveis	1104
3.15	Alienação fiduciária de veículos	1107
3.16	Documentos de procedência estrangeira	1108
3.16.1	Introdução	1108
3.16.2	Objeto	1109
3.16.3	Espécies de registro para conservação e para efeitos perante terceiros	1110
3.16.4	Legalização ou consularização de documento estrangeiro	1112
3.16.5	Casos de dispensa de legalização	1112

3.16.6	Apostilamento	1113
3.17	Quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor destes, qualquer que seja a forma que revistam	1115
3.18	Atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior	1116
3.19	Instrumentos de cessão de direitos e de créditos, de sub-rogação e de dação em pagamento	1117
3.20	Atribuição residual	1118
4	Escrituração	1119
4.1	Livros	1119
4.1.1	Disposições gerais	1119
4.1.2	Livro A – protocolo	1121
4.1.3	Livro B - transcrição integral	1123
4.1.4	Livro C - inscrição por extrato	1126
4.1.5	Livro D - indicador pessoal	1128
4.1.6	Microfilmagem e outros meios eletrônicos de reprodução	1129
4.2	Atos registrais	1130
4.2.1	Registro	1130
4.2.2	Averbações	1131
4.2.3	Certificações	1132
4.2.4	Cancelamentos	1133
4.3	Conservação no Registro de Títulos e Documentos	1135
4.3.1	Disposições gerais	1135
4.3.2	Competência registral	1137
4.3.3	Natureza dos títulos passíveis de registro para fins conservação	1138
4.3.4	Registro facultativo e sigilo	1139
4.4	Responsabilidade civil	1139
5	Competência e Prazo	1142

5.1	Competência _____	1142
5.1.1	Competência geral _____	1142
5.1.2	Competência especial _____	1143
5.2	Prazo para registro e seus efeitos _____	1144
6	Qualificação registral _____	1145
6.1	Disposições gerais _____	1145
6.2	Qualificação negativa _____	1146
6.2.1	Disposições gerais _____	1146
6.2.2	Dúvida registral _____	1146
6.2.3	Suspeita de falsidade _____	1147
6.3	Qualificação positiva _____	1148
7	Notificações extrajudiciais _____	1150
7.1	Conceito _____	1150
7.2	Finalidade _____	1152
7.3	Requisitos essenciais _____	1153
7.3.1	Competência para o assentamento e cientificação _____	1153
7.3.2	Registro do documento _____	1154
7.3.3	Solicitação do interessado _____	1154
7.3.4	Cientificação do destinatário _____	1155
7.4	Características _____	1155
7.4.1	Forma _____	1155
7.4.2	Pessoalidade do destinatário _____	1156
7.4.3	Qualificação registral _____	1157
7.4.4	Diligências _____	1157
7.4.5	Completude _____	1160
7.4.6	Territorialidade _____	1161
7.4.7	Registro e lançamento marginal da averbação _____	1162
7.5	Prazos _____	1163
7.6	Horário para cumprimento das diligências _____	1163
7.7	Cumprimento da notificação _____	1164
7.8	Notificação por hora certa _____	1165

7.9	Notificação por ata notarial _____	1166
8	Questões registrais especiais _____	1168
8.1	Registro de cópias simples e autenticadas _____	1168
8.2	Reconhecimento de firma _____	1168
8.3	Ata de condomínio _____	1169
8.4	Aval _____	1170